

CASA-GRANDE & SENZALA: A ESCRITA LITERÁRIA DO SOCIÓLOGO QUE DISSEMINOU UM MITO NOS ANOS 1930

Camilla Ramos dos Santos¹
Marlúcia Mendes da Rocha²
Isaías Francisco de Carvalho³

RESUMO: Argumenta-se a favor da literariedade presente em *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, uma obra consagrada como um estudo socioantropológico. Questionado pela historiografia, o texto pode ser considerado como a narrativa de um mito. Polemizamos a atribuição à referida obra, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, como precursora do enunciado da democracia racial. Trata-se de uma narrativa que engendrou um imaginário e compartilhou do mesmo lugar de memória de cânones literários que lhe foram contemporâneos, modificando o paradigma acerca das alteridades que formam a Nação Brasileira, embora não tenha incluído políticas afirmativas.

Palavras-chave: *Casa-grande & senzala*. Literariedade. Mito.

ABSTRACT: In this study, we advocate that *The masters and the slaves: a study in the development of Brazilian civilization*, which has been canonized as a socioanthropological study, can be regarded as a literary work. Questioned by historiography to the point that it can be regarded as the narrative of a myth. We countered the assumption that this work is as a precursor of the statement of Brazilian racial democracy. We believe that this work by Gilberto Freyre, published in 1933, is a narrative that engendered an imaginary, and shared the same memory of literary canons of its time. It also changed the paradigm about the otherness that make up the Brazilian Nation, although not included affirmative action policies.

Keywords: *The masters and the slaves*. Literary writing. Myth.

Autodenominado como um escritor treinado em Ciências Sociais, em *Como e porque sou e não sou sociólogo* (FREYRE, 1968), Gilberto de Mello Freyre [1900-1987] é considerado um dos intelectuais mais marcantes da História do Brasil.

¹ Bacharela em Comunicação Social - Rádio e TV; e Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz - Uesc. E-mail: camilla_ramos81@hotmail.com. Bolsista CAPES

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora-orientadora no Programa de Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz - Uesc. E-mail: malu.mm@gmail.com.

³ Doutor em Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Docente no Programa de Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz - Uesc. E-mail: isaiasfcarvalho@gmail.com.

Pernambucano e descendente de senhores de engenho, quando exilado em Portugal e após sofrer represálias por oposição à Revolução de 1930, escreveu *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*.⁴ Publicado em 1933, seu texto se constitui como um ensaio acerca da História Social do Brasil.

Em *Casa-grande & senzala*, Freyre (2003) descreveu como se organizou, a partir de 1532, econômica e civilmente a sociedade brasileira. Com base na agricultura, a colonização ocorreu conforme as condições de um regime patriarcal de hierarquia familiar, com riquezas produzidas pela regularidade do trabalho escravo. O ensaio relata a existência de relações sexuais entre portugueses e mulheres ameríndias de diversas etnias, que constituíram lares como esposas e foram incorporadas, também, à cultura econômica do invasor europeu. Segundo Freyre (2003), a sociedade brasileira formou-se como uma organização híbrida e incorporou, posteriormente, a miscigenação africana, mediante o tráfico de diversas etnias. O texto enfatizou a superioridade moral e cultural de escravos mulçumanos. O ensaísta descreveu que negros da etnia de Arda costumavam surrar seus feitores, sendo extremamente resistentes ao trabalho no engenho.

A narrativa foi considerada pornográfica e amoral pelas primeiras recepções. Freyre (2003) admitiu que a sua descrição da vida sexual dos brasileiros pretendia interpretar os fatos numa perspectiva freudiana, considerando a homossexualidade, comum entre os ameríndios, como uma prática desvirtuada. O escritor descreveu ser um hábito que a iniciação sexual de sinhozinhos ocorresse com as suas mucamas, como ocorria com os sinhozinhos, além da existência de casos amorosos incestuosos entre sinhozinhos e suas meias-irmãs escravas. Freyre (2003, p. 50) definiu a obra como um “[...] ensaio de sociologia genética e de história social, pretendendo fixar e às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira”. Conforme Alaniz (2014)⁵, essas passagens são lidas,

⁴*Casa-grande & Senzala* pode ser considerada uma obra aberta, em que o diálogo não é concluído, integrando uma trilogia. Após mais de 80 anos, é uma obra citada e discutida entre as Ciências Sociais e a Teoria Literária, interpretada mediante paradigmas diversos a cada contexto histórico-cultural, ideológico e epistêmico. Em 1936, foi editada a obra *Sobrados & Mucambos* como uma espécie de continuação, centrada no século XIX, ainda no período imperial. Em 1959, a trilogia foi completada com *Ordem e Progresso*, cujo foco aborda o estudo da transição do império para a República, proclamada em 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

⁵ Em nossa leitura, Gilberto Freyre destacou, em *Casa-grande & senzala*, o papel de esposa solidária de mouras, ameríndias e negras da etnia Mina, observando a ocorrência de

atualmente, como a reprodução de um imaginário de violência contra a mulher, principalmente de etnias constituídas como minoria política, ou seja, ameríndias e africanas. Reproduz, ainda, um imaginário que desqualifica o potencial das mulheres brasileiras para o agenciamento socioeconômico, ao excluir as formações matriarcais presentes no sistema colonial.

Em *Como e porque sou e não sou sociólogo*, Freyre (1968) confessou que, como escritor de *Casa-grande e senzala*, deslocou-se de sua perspectiva habitual, como descendente de senhores de engenho e de educação basicamente europeia. Relata que se colocou na posição de servil, oprimido e explorado, como afirma ter ocorrido com ameríndios, africanos, mulheres, crianças, mouros e judeus durante a colonização do Brasil. Descreve a si próprio como autor:

[...] de difícil classificação como sociólogo - sendo, talvez, mais antropólogo ou mais historiador ou mais filósofo da Cultura ou da História do que sociólogo sistemático - na mesma situação está o livro a que mais associado está o meu nome de escritor porque, afinal, é o que principalmente me considero: escritor. Porém escritor a quem, talvez, não falem características literárias que lhe deem direito senão ao título, a uma condição que só se atinge através da arte de escrever. (FREYRE, 1968, p. 115).

Definiu *Casa-grande & senzala* como:

[...] livro tão de literatura quanto de antropologia ou de sociologia. Ou quase de literatura, deve dizer o seu autor, com a humildade que às vezes falta àqueles que só por escreverem muito se consideram audaciosamente escritores; e hesitando em se apresentarem como sociólogos ou antropólogos ou psicólogos ou historiadores, não têm dúvida em se intitulem de escritores. (FREYRE, 1968, p. 115).

assassinatos de portuguesas pela opressão patriarcal, devido à falta de pudor daquelas senhoras para os dogmas e moral da época. A leitura de Alaniz (2014) salienta o fato de que a colonização portuguesa no Brasil descrita por Gilberto Freyre, em geral, apenas naturaliza a exploração sexual de escravas ameríndias e africanas, pois, edifica o papel de procriador do colonizador português. Alaniz cita Samara (2002) para referendar uma versão autenticada com valor historiográfico acerca da exclusão do sistema matriarcal presente no Brasil do conteúdo do ensaio de Gilberto Freyre.

Freyre (1968) admitiu que, na obra que lhe garantiu um renome como sociólogo, devido a sua formação acadêmica e ao teor da narrativa, de fato, articulou diversos gêneros discursivos. Considerou a sua escrita inclinada para o arranjo literário, a sua marca registrada como ensaísta. O escritor também afirmou ter desenvolvido uma linguagem própria:

Outra inovação porventura trazida pelo livro *Casa-grande & senzala*, para a literatura, quer científica, quer mesmo geral, em língua portuguesa, foi - segundo alguns críticos - a da sua linguagem [...] um português salpicado de africanismos, de indianismos, de barbarismos, alguns ousados, embora sem a preocupação de criar o autor língua literária brasileiroamente nova, como foi a de Mário de Andrade, em *Macunaíma* e vem sendo a de Guimarães Rosa, em interessantíssimos experimentos estilísticos, além de linguísticos. Daí as críticas - críticas àquelas audácias da linguagem de *Casa-grande & senzala* - que lhe fizeram eruditos mais convencionais em suas noções do que devesse ser a linguagem de um ensaio ao mesmo tempo científico e humanístico, científico e literário. (FREYRE, 1968, p. 121-122).

É interessante que logo no prefácio Freyre define que :

Não sou nem pretendo ser sociólogo puro. Mais do que sociólogo, creio ser antropólogo. Também me considero um tanto historiador e, até, um pouco pensador. Mas o que principalmente sou creio que é escritor. Escritor - que me perdoem os literatos a pretensão e os beletistas, a audácia - literário. E ao lado do sociólogo reconheço haver em mim um anti-sociólogo. (FREYRE, 1968, p. 23).

A presença de literariedade na obra analisada constitui a nossa tese, sob a qual argumentamos mediante um estudo morfológico, em que se pode analisar a obra *Casa-grande & senzala* como uma “literatura em potência”. Ao problematizar a literariedade neste texto freyreano, Alves (2007) considera que, embora não possua um narrador e personagens imaginados, como ocorre numa ficção com narrativa romanesca bem definida, a obra de Gilberto Freyre transita pelo gênero literário. Salienta que:

Ocorre que *Casa-grande & senzala* não é uma narrativa épica, não é um romance, não é uma tragédia, não é um texto lírico, não é literatura; é discurso científico carregado de criação literária. Por isso, é uma obra híbrida. O alento literário que

norteia o ensaio baseia-se fundamentalmente nos atos que produzem o efeito estético e na forma de ler o mundo. (ALVES, 2007, p. 110).

Embora transite pelo gênero literário, *Casa-grande & senzala* foi consagrado como um estudo socioantropológico precursor da ideia de democracia entre raças como uma característica do povo brasileiro. Porém, pesquisas recentes desmistificam a associação entre Gilberto Freyre e o discurso acerca da democracia racial. Tal discurso, operado como uma política pública, constituiu-se como aquele que permitiu a inserção da Cultura de Povos e Comunidades de Matriz Africana no modo de vida da sociedade brasileira, a partir dos anos 1930.

Conforme Guimarães (2002, p. 51), identificada como o mito fundador da nacionalidade brasileira, a ideia de democracia racial foi instituída nos anos 1930, durante a presidência de Getúlio Vargas, e reinou sem grande contestação até os anos 1970, quando foram instituídas demandas por parte do movimento negro através das chamadas “políticas afirmativas”. Ao ser instituído, o discurso da democracia racial tomou um rumo contrário ao imaginário nacional e ao consenso científico hegemônico. Teve como objetivo “[...] civilizar as relações sociais, ou seja, implantar e garantir o funcionamento de normas sociais que conduzam à igualdade de tratamento, de oportunidades e de direitos”. Porém, os conflitos entre as classes despertaram na comunidade negra um movimento de “reconstrução étnica e cultural” para contestar o discurso da democracia racial constituído no Brasil como uma ideologia a ser enraizada através das práticas sociais, políticas estatais, literatura e arte.

Segundo Guimarães (2002), a disseminação e aceitação política da expressão “democracia racial” foi usada correntemente pelo movimento negro a partir dos anos 1950, que teve como representante Abdias do Nascimento. Na literatura acadêmica especializada, no entanto, foi usada primeiramente por Charles Wagley, definindo o Brasil como que renomado mundialmente por sua democracia racial, em 1952, na “Introdução” ao primeiro volume de uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil, patrocinados pela UNESCO. De acordo com Guimarães, dessa forma, Gilberto Freyre não pode ser responsabilizado pela cunhagem e disseminação do termo “democracia racial”. Embora conste como um inspirador da

ideia implícita nesse discurso, Freyre evitou tal denominação, preferindo a expressão “democracia étnica”.

A narrativa de *Casa-grande & senzala* disseminou episódios constitutivos da dominação portuguesa como reflexos da democracia existente no Brasil. Em geral, consideramos que a política – ou o discurso – da democracia racial, nos anos 1930, não proporcionou a inclusão de elementos da Cultura Afro-brasileira à Cultura Popular Brasileira; senão apenas como uma mercadoria explorada pela indústria fonográfica através do Samba, além de elementos da gastronomia e a exploração comercial das religiões de matriz africana; chegando à prática do turismo sexual. Desde os anos 1970, o Movimento Negro Unificado questiona o referido discurso utilizando como argumento a exclusão socioeconômica de afrodescendentes. Consideramos, ainda, a sua ineficácia para a incorporação de hábitos da cultura indígena pela sociedade brasileira, porque os seus costumes não são compatíveis com a meta modernizante de urbanização e industrialização instituída desde os anos 1930. Conforme Orlandi (1990), no domínio da ideologia, o indígena foi apagado da identidade cultural do Brasil. Nessa mesma perspectiva, o apagamento ou “invenção” do indígena nas literaturas ficcional e acadêmica tem sido explícito – com raras exceções. Conforme Carvalho, ao colocar a personagem Iracema, do romance homônimo de José de Alencar, sob o signo da orfandade, da impotência, da reinvenção e da suspensão, no processo civilizatório tupiniquim:

O índio de nosso tempo, como Iracema, não tem presente, pois lhe são negados os canais de inserção na economia e nos costumes da nação não indígena, para o que se faz uso das chamadas reservas indígenas, que são necessárias e ao mesmo tempo excludentes. O traço da impotência ainda é o mais marcante. Esse índio também não tem futuro, pois, mesmo que venha a sobreviver a todos os tipos de males do nosso tempo, estará fora do discurso ainda, isto é, terá que ser reinventado de novo. (CARVALHO, 2003, *online*).

Diante das demandas vigentes, portanto, consideramos não fazer sentido afirmar a democracia como instituição, no passado brasileiro até o presente – este que tem mostrado largos sinais de inclusão, mas não sólidos o suficiente ainda, em relação aos Povos Indígenas, aos afrodescendentes ou aos excluídos de diversas maneiras. Além dos protestos quanto ao mito instituído, enfatizamos a ausência da expressão “democracia racial” no texto analisado.

Freyre (2003) descreveu, no capítulo “O indígena na formação da família brasileira”, que os portugueses não encontraram no Brasil nenhum povo articulado em império ou sistema vigoroso de cultura moral e material, com grandes construções ou exploração de riquezas. Considerou a população indígena nativa do Brasil como uma das mais rasteiras do continente, cujo equilíbrio nas relações com o meio físico e as organizações sociais foram desfeitas com a invasão do colonizador. Descreveu que algumas famílias imponentes costumavam adotar sobrenomes indígenas, reivindicando uma identidade cabocla como ostentação.

Interpretamos que, ao escolher a metodologia freudiana, Gilberto Freyre optou por uma análise que evidenciou o potencial de procriador do colonizador português, enunciando a supremacia masculina como agenciadora da formação social e familiar nacional. Nesse sentido, a historiografia contemporânea aponta falhas no ensaio de Gilberto Freyre. Conforme Samara (2002), a família sempre foi pensada na História do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais. Considera que predominou na Literatura Brasileira uma imagem vinculada ao modelo patriarcal extraído de *Casa-grande e senzala*. No entanto, segundo a historiadora, pesquisas recentes tornaram evidente que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes em todo o Brasil durante a colonização, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes.⁶ De acordo com Samara (2002), houve diferenças radicais na estrutura social e familiar do sudeste brasileiro no início do século XIX, cujos registros demonstram haver formações matriarcais. Na capitania de São Paulo, por exemplo, em 1836, predominavam as famílias nucleares, e o número médio de habitantes por domicílio era entre um e quatro elementos em sua maioria, excetuando-se as famílias “aumentadas” com muitos escravos e maior quantidade de componentes, que representavam apenas 26% das casas.⁷ Segundo a historiadora, índices mais elevados de famílias matriarcais foram registrados em Minas Gerais, onde era marcante a presença de mulheres

⁶ De acordo com Samara (2002), isso significa que a descrição de Gilberto Freyre, para as áreas de lavoura canavieira do Nordeste, deve ser reelaborada nos estudos de família, a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.

⁷ Freyre (2003) assumiu ter consultado documentos referentes à capitania de São Paulo, citando os *Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo* e as publicações do Instituto Histórico de São Paulo, dentre outros registros.

como chefes de domicílios, sendo responsáveis pelas economias domésticas e por várias atividades na manufatura, especialmente de algodão e tecidos.

Considerada como a narrativa de um mito, ao representar estereótipos presentes como potenciais da memória e identidade brasileira, *Casa-grande & senzala* inscreveu um paradigma dissonante das primeiras políticas públicas do Brasil sob a égide da Democracia Republicana. Numa perspectiva aristotélica, Compagnon (1999) define que a literatura refere a um tipo de conhecimento provável e verossímil, que permite compreender e regular o comportamento humano e a vida social; e tem por função instruir agradando. “Do ponto de vista de sua função, chega-se também a uma aporia: a literatura pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo” (COMPAGNON, 1999, p. 37), o que sentencia que as produções literárias não podem ser analisadas como funções lineares.

Alves (2007) defende que Gilberto Freyre influenciou no destino das Ciências Sociais, do discurso historiográfico e, também, dos estudos da Literatura Brasileira e da Cultura nacional. A autora sustenta a tese de que Gilberto Freyre representou a sociedade brasileira mediante um olhar poético, sintetizando uma visão de mundo que realiza um ato estético. Salienta que, além dos estudos formais realizados nos Estados Unidos, onde foi aluno do antropólogo Franz Boas, Gilberto Freyre manteve contato com o expressionismo alemão, ensaístas e estudiosos de Literatura Comparada, além de poetas influenciados pelo imagismo. A dedicação do ensaísta às artes plásticas é descrita como uma influência na linguagem e interpretação do mundo que particularizou a escrita freyreana na obra analisada. Segundo Alves:

Sem dúvidas as novas tendências das vanguardas artísticas do início do século XX influenciaram a forma de escrever de Gilberto Freyre, mas o imagismo será um dos estilos que fornecerá a maior herança ao discurso freyreano, na medida em que temos verificado no ensaio em questão o excesso de imagens, que nos sugere muito mais que uma referência externa, sugere um dado sensorial com conotações de caráter emocional - a imagem fornece o próprio sentido da obra. (ALVES, 2007, p. 125).

Gilberto Freyre pretendeu oferecer uma narrativa realista, comparada a uma verdade reflexiva e produzida como uma teoria do conhecimento acerca da formação da sociedade brasileira. Ao criar um estilo próprio para narrar a formação

étnica do Brasil, o escritor interferiu na ressonância que a recepção da utilização de um só gênero textual poderia alcançar. Conforme Compagnon (1999, p. 47), o ponto mais controvertido dos Estudos Literários é o lugar que cabe ao autor. “Sob o nome de ‘intenção’ em geral, é o papel do autor que nos interessa, a relação entre o texto e o seu autor, a responsabilidade do autor pelo sentido e pela significação do texto”. De acordo com Compagnon (1999), há correntes teóricas que se dividem entre partidários da “explicação” literária como investigação da intenção do autor, que postulam a procura no texto acerca do que o escritor quis dizer; e os adeptos da “interpretação” literária como descrição das significações da obra, que propõem como método a análise das significações do texto independentemente da intenção do autor, ou seja, de sua subjetividade. A tendência dos Estudos Literários contemporâneos admite o leitor como um realizador do sentido literário da obra, ao considerar que as obras literárias transcendem a intenção primeira de seus autores, e são ressignificadas a cada época. De fato, a cada contexto existe um horizonte de expectativas formuladas a partir do repertório cognitivo do receptor. Segundo Compagnon (1999), a literatura existe independentemente da leitura, nos textos e nas bibliotecas em potencial. Porém, a literariedade concretiza-se somente no ato de leitura.

A obra *Casa-grande & senzala* não pode ser considerada, ainda, inserida em um cânone literário. Contudo, enfatizamos cientificamente, após elucubrar a nossa defesa mediante as afirmativas de punho do próprio Gilberto Freyre, a existência de um discurso científico carregado de literariedade. Consideramos que a linguagem desenvolvida na narrativa analisada pode ser interpretada a partir do estilo empregado por Gilberto Freyre, realizando-se efetivamente por meio da recepção, da leitura. A partir de Compagnon (1999, p. 149), compreendemos que o sentido da obra é uma experiência subjetiva do leitor, pois “o objeto literário autêntico é a própria interação do texto com o leitor”.

Na presente análise, não tratamos de um estudo com a finalidade de avaliar o valor literário da obra em perspectivas críticas ou filosóficas acerca dos Estudos Literários. Evidenciamos apenas aspectos linguísticos, como gêneros discursivos, além das críticas no campo epistemológico.

Ao defender que a literariedade em *Casa-grande & senzala* encontra-se em sua disposição para uma narrativa romanceada, Alves (2007) reitera que a escolha de Gilberto Freyre deu-se como uma forma de abarcar a biografia

multifacetada do Brasil numa linguagem que retratasse antagonismos e contradições advindos das relações sociais, a dinâmica entre alteridades. “O resultado é uma obra híbrida, plural, imprecisa, lúdica, na qual a metodologia científica e a expressão artística, a razão e a fantasia caminham juntas, ora paralelamente, ora cruzando-se e interagindo” (ALVES, 2007, p. 129).

A literariedade em *Casa-grande & senzala* encontra-se no tipo retórico adotado por Gilberto Freyre, o que pode ser compreendido como algo que transcende a técnica de sua escrita e particulariza um estilo próprio. Conforme Compagnon (1999), o estilo constitui o gênero, ou tipo de relação do texto com a linguagem. O estilo normatiza o julgamento de valor para o cânone, realiza-se como um ornamento da construção retórica. Adotar um estilo significa exercer uma escolha entre meios expressivos por uma conveniência, designando a propriedade do discurso, pois, por meio de um código gera uma aparência que adapta a expressão aos seus fins. De acordo com Compagnon, determina a visão da autoria do texto, a sua cultura, indo além de sua técnica ou filiação a um dado gênero. O estilo pode ser analisado como a expressão argumentativa do escritor, sem relação direta com a interpretação de uma ideologia, mas a interpretação da retórica empregada no texto. “O estilo, no sentido mais amplo, é um conjunto de traços formais detectáveis, e ao mesmo tempo o sintoma de uma personalidade (indivíduo, grupo, período)” (COMPAGNON, 1999, p. 173). Ao descrever e analisar um estilo em seu detalhe complicado, o intérprete reconstitui a “alma” dessa personalidade.

A narrativa analisada impôs a observância dos aspectos hostis introduzidos pela colonização, criticando o mercantilismo e o latifúndio. Freyre (2003) operou o desgaste da supremacia portuguesa como a face que equilibrou os antagonismos de um regime menos agressivo e predatório que o inglês e o espanhol em outras partes da América.

Embora tenha identificado a existência de uma peculiar, se não exclusiva, mobilidade e intercomunicação entre os diferentes grupos étnicos e sociais existentes no Brasil, em comparação a outras colônias europeias, Freyre (2003) considerou a sociedade brasileira, em decorrência da formação colonial, como um arranjo conservador. Interpretou a formação política do Brasil como uma interferência negativa nas expressões aparentemente revolucionárias ou libertárias, em síntese, democráticas e a Abolição da Escravidão como um ato precoce. Conforme o escritor:

[...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em 'princípio de Autoridade' ou 'defesa da Ordem'. Entre essas duas místicas - a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia - é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores de escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas; sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. (FREYRE, 2003, p. 114-115).

A relação maternal entre sinhozinhos e suas amas de leite e cuidadoras, geralmente negras de idade avançada, contrapõe-se ao teor das relações valorizadas na perspectiva que evidenciou a virilidade do colonizador. De acordo com Freyre, as mães pretas possuíam regalias:

Quanto às mães pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a bênção; os escravos tratavam-nas de senhora; os boleiros andavam com elas de carro. (FREYRE, 2003, p. 435).

Conforme Roncador (2008), o estereótipo da mãe preta ressurgiu nas teorias raciais desenvolvidas no Brasil na virada do século XX, e popularizou-se nas memórias de infância de escritores modernistas publicadas entre as décadas de 1930 e 1960. Segundo Roncador, nos anos 1930, a relação, considerada higiênica, entre a mãe negra e o filho branco de criação configurava-se como um símbolo privilegiado da confraternização inter-racial brasileira na literatura freyreana, assim como nas memórias de outros autores modernistas de sua geração. Porém, os patrocinadores da emergente cultura de massas, principalmente mediante a indústria fonográfica, nos anos 1930, promoveram e nacionalizaram outros ícones femininos afro-brasileiros, como o estereótipo de uma lasciva e cordial mulata. De acordo com Roncador:

Ao se engajarem na escrita de seus verdes anos, escritores tais como José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade e José Américo de Almeida evocam suas 'mães negras' como

expressão da nostalgia que guardam por uma tradição (aristocrática) em plena decadência, ou consumadamente morta, no momento da escrita [...] pode-se então afirmar que no modernismo o mito da mãe preta torna-se um tropo privilegiado de nostalgia - nesse caso, a expressão saudosa pelo legado cultural do patriarcado [...] Além de servir para a comprovação da harmonia inter-racial nos tempos da escravidão, sobretudo nos antigos engenhos nordestinos, o mito da mãe preta, ou melhor, 'a aliança [afetiva, assexuada] entre a mãe negra e o menino branco' ainda contribuiu para a composição da mestiçagem ideal proposta por Freyre. (RONCADOR, 2008, p. 131-132).

Segundo Compagnon (1999), o traço de estilo apresenta-se à interpretação como um sintoma individual ou coletivo. Constitui-se como um reflexo da cultura inscrita como produção de linguagem, representa a união do pensamento ao uso da língua. O traço de estilo não reflete apenas as características individuais do autor, define a autoria a partir de seu contexto geopolítico e histórico, como um predicado. Exemplifica o sentido e a significação da intenção.

Em *Casa-grande & senzala* há uma articulação de fatos isolados, percebidos como uma variante comum a todo o processo de colonização, a partir de uma inversão de valores, como quando Freyre (2003) descreveu casos em que moleques negros viviam com todas as regalias dos moradores da casa-grande, após serem adotados por sinhás e senhores incluíam seus filhos com escravas em testamentos.

Gilberto Freyre propôs em sua intertextualidade um percurso historiográfico que descreve o encontro das alteridades evidenciadas como elementos primordiais da sociedade e da família brasileira: o português, o ameríndio e o africano. A partir dessa matriz original, a sua escrita conduz a uma reflexividade articulada como um fato social. Trata-se de um fenômeno a ser operado pela memória coletiva mediante a representação de episódios constitutivos de uma democracia étnica, mediante uma escrita literária.

As críticas quanto à inautenticidade de *Casa-grande & senzala* como um texto científico e a atribuição de literariedade salientam a presença extrema da interferência da subjetividade do autor na retórica utilizada como argumento discursivo. Neste sentido, compreendemos que Gilberto Freyre articulou parte de suas memórias individuais como uma espécie de base empírica. Assim, a obra analisada serviu-se de um potencial fenomenológico da constituição da memória,

em que referências testemunhais compõem a matriz de um acontecimento histórico. Permeada por uma memória individual, *Casa-grande & senzala* pode ser lida como uma visão particular do autor com desdobramentos para uma análise científica, modificando o seu *status*. As reflexões de Gilberto Freyre, ao final da produção do texto, constituíram-se como verdades reflexivas do escritor com formação em Sociologia, pressupondo que os dados empíricos foram submetidos a uma investigação metodológica. A publicação da obra vislumbrou interferir numa memória coletiva, mediante a narrativa de uma democracia que constitui um mito do ponto de vista da historiografia.

O texto de *Casa-grande & senzala* pode ser compreendido como um exercício retórico que pretendeu constituir-se como uma memória coletiva da sociedade brasileira. Sugere que essa memória seja agenciada pelos leitores como uma política de reconhecimento e pertencimento cultural, um agenciamento da memória para a perpetuação de bases democráticas. A propósito da política discursiva adotada por Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, temos a inscrição de um imaginário dissidente das correntes formais até os anos anteriores à sua publicação, com a proposta de uma agência que definiria a identidade e a estrutura da sociedade brasileira como um lugar de memória; a partir de reminiscências que, em síntese, referem a acontecimentos históricos selecionados a partir de um interesse inicial do escritor. Além das ressalvas quanto ao conteúdo da pesquisa numa perspectiva historiográfica e socioantropológica, analisamos *Casa-grande & senzala* como uma obra híbrida, uma narrativa construída na interface do discurso científico com recursos da linguagem literária e a síntese de uma política discursiva que não inclui perspectivas de políticas afirmativas. Trata-se de uma narrativa cercada de polêmica e controvérsias.

Referências

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. Casa-grande e senzala e a identidade brasileira. *In: Cantinho da História*. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qqc4cvqNkTw>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ALVES, Tatiana Batista. **Duas escritas**: o discurso científico e a narrativa literária em *Casa-grande & senzala*. 2007. 191 f. Tese (Doutorado em Letras e Estudos Literários). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=152132>. Acesso: 28 abr. 2015.

CARVALHO, Isaías Francisco de. Iracema: a suspensão do outro em Alencar. **Cadernos do Expogeo**, Salvador: Expogeo, n. 9, jul. 1998. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/estesinversos/academicos>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 305p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, [1933] 2003. 719p.

_____. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1968. 189p

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - Editora 34, 2002. 231p.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista! discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Editora Unicamp. 1990. 260p.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília*, n. 31. jan-jun. 2008, p. 129-152. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2023/1596>>. Acesso em: 29 maio 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). *In: Psicologia USP*, São Paulo, vol. 13, n. 2, p. 27-48, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 jun. 2015.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Camilla Ramos dos; ROCHA, Marlúcia Mendes da; CARVALHO, Isaías Francisco de. **Casa-grande & senzala: a escrita literária do sociólogo que disseminou um mito nos anos 1930**. Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura. São Cristóvão: UFS, v. 25, mai./ago., p. 29-42, 2016.

Recebido: 26.06.2016

Aprovado : 10.08.2016